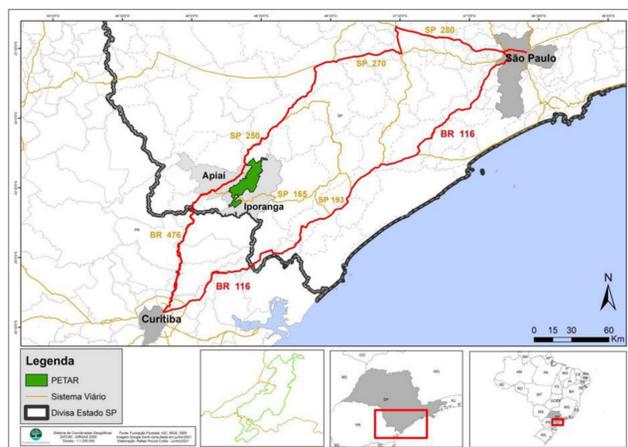


PETAR SEM CONCESSÃO: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA PRIVATIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (PETAR), SÃO PAULO, BRASIL

Aluna: Grazielle Paula Pupo de Moraes IFSP - Câmpus Registro

INTRODUÇÃO

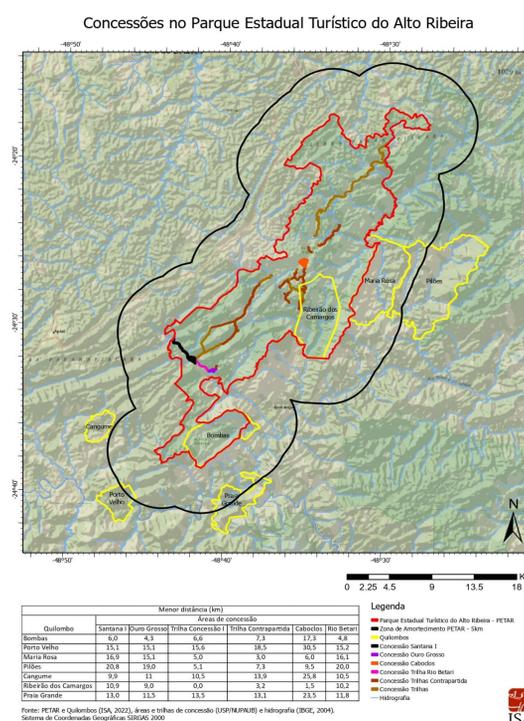
O PETAR foi criado em 1958 pelo Decreto nº 32.283 e é uma das mais importantes unidades de conservação ambiental do Brasil. Com uma extensão de 35,7 mil hectares e abrigando a maior área contínua de Mata Atlântica preservada, ele está localizado na região conhecida como Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo, nos municípios de Iporanga e Apiaí. Sendo reconhecido mundialmente como um dos patrimônios da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por guardar grande biodiversidade de fauna e flora nativa e por sua abundância espeleológica. O PETAR também abriga várias comunidades que habitam a região por séculos, antes mesmo de sua criação e sua instituição como Unidade de Conservação de Proteção Integral, nos meados dos anos 2000. No total, são sete comunidades que habitam entre o interior e o entorno do parque – na chamada zona de amortecimento –, sendo seis dessas comunidades quilombolas (Cangume, Porto Velho, Praia Grande, Bombas, Maria Rosa e Pilões) e uma cabocla (Ribeirão dos Camargos).



Fonte: Apresentação para Audiência Pública da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA, 2021).

CONTEXTUALIZAÇÃO

No entanto, um projeto criado em outubro de 2021 pelo Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) estabeleceu medidas para a privatização das áreas de visitação pública do PETAR, na forma de concessão em concorrência internacional. Esse regime autoriza que uma empresa privada tenha a permissão concedida pelo poder público do estado para a realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica durante 30 anos. Dentre os objetivos da concessão do PETAR, estão o desenvolvimento do potencial ecoturístico, a melhora da qualidade de serviços oferecidos ao visitante, renovação e diversificação das atividades, a ampliação do fluxo dos visitantes e desenvolvimento do entorno do parque.



OBJETIVOS

O presente projeto propôs compreender os interesses corporativos que o governo do Estado de São Paulo possui com esse processo de privatização (regime de concessão) e analisar como as condições de conservação ambiental e de sustentabilidade social das comunidades tradicionais que habitam o interior e o entorno do parque, serão afetadas. Partindo da premissa que a privatização se trata de uma política neoliberal adotada pelo Estado, para a promoção de diferentes espaços à iniciativa privada.

METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para a concepção deste projeto se baseiam no levantamento e revisão bibliográfica; pesquisa e sistematização de notícias e documentos.

RESULTADOS

Com o emprego das metodologias anterior, foi possível estabelecer um entendimento maior acerca do processo de concessão de áreas protegidas, tanto em relação ao PETAR quanto em outras localidades; em qual etapa da privatização o parque se encontra; qual sua importância ambiental e social; e sobre argumentos contrários e a favor da privatização.

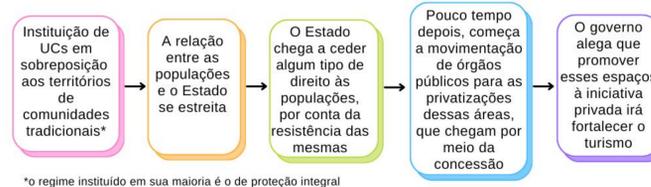


Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2020).

CONCLUSÃO

A partir dos resultados foi possível notar como o processo de concessão de diversas Unidades de Conservação pelo país, se trata de um projeto neoliberal do Estado, do qual demonstra ter um padrão de execução que é aplicado em diferentes unidades, a fim de serem entregues à iniciativa privada sob a justificativa do fortalecimento do turismo. Visto que as UCs, durante esse processo perdem seu sentido principal de preservação ambiental e passam a serem tidas, unicamente, como um novo mercado a ser explorado.

PADRÃO DE EXECUÇÃO NOTADO



Fonte: Autoria pessoal (2022).

Os processos de concessão geralmente são gerenciados de forma autoritária, sem as devidas consultas públicas às comunidades, ou até mesmo pulando etapas que deveriam ser tidas como indispensáveis pelos órgãos encarregados – situação que se agravou na pandemia de Covid -19. Esses mesmos padrões de acontecimentos podem ser observados no processo de instituição do PETAR como Unidade de Conservação de Proteção Integral e com a proposta atual de concessão do parque, proveniente do próprio governo do estado de São Paulo.

E, é em meio a esse processo que o socioambiental dessas regiões são colocados em risco, já que o Estado parece ignorar qualquer opinião contrária à privatização, passando por cima de todo o histórico das populações tradicionais da região e seus modos de organização. No caso do PETAR o risco de comprometer as populações que se sobrepõe ao parque, possivelmente chega ser até mesmo maior que o ambiental. Devido a tamanha insegurança jurídica em que a população já se encontra, acentuada pelo fato de que nenhum estudo sobre o impacto dessa concessão foi apresentado pelo governo até o momento.

REALIZAÇÃO:

REFERÊNCIAS: